

Sumário

INTRODUÇÃO – Explicação prévia: razões determinantes deste livro	15
--	----

CAPÍTULO I

1. Vingança e gênese lógica do processo	43
2. Pactos sociais de autocomposição privada	47
3. Oratória persuasiva grega e ônus da prova: a regra <i>iura non novit curia</i>	52
4. Tentativas de arranjo civilizado para a solução dos conflitos. Descoberta de um método lógico: o processo	54
5. Influência da lei das citações no processo civil. Noção de precedente vinculante	62
6. Primeiras manifestações estruturais que antecederam a concepção de processo como instituição: partes, imparcialidade do juiz e contraditório	64
6.1. Partes e noção da eficácia da sentença a terceiros.....	64
6.2. Imparcialidade do juiz	67
6.3. Precedência do princípio do contraditório.....	71
7. Uso desvirtuado do processo como instrumento de tutela de interesses políticos e ideológicos	75
8. Autotutela no mundo civilizado. Autotutela no espaço das plataformas digitais.....	80

CAPÍTULO II

1. Breve esboço histórico do processo como instrumento de controle político.....	83
1.1. Processo civil nas fontes do direito romano.....	83
1.1.1. <i>Auctoritas</i> imperial como fundamento da <i>iurisdictio principis</i>	83
1.1.2. Atividade normativa e jurisdicional do <i>princeps</i> . Eficácia dos precedentes judiciais no direito romano.....	87
1.1.3. Progressos na institucionalização da distribuição de justiça. Valorização do cidadão como novo marco civilizatório	90
1.2. Processo civil nas fontes medievais	94
1.2.1. Confluência do direito romano-canônico	94
1.2.2. Disputa pelo monopólio da jurisdição	101
1.2.3. Jurisdição laica e jurisdição canônica. Querela das investiduras. Processo canônico como instrumento político. Deliberada ingerência nas questões seculares	102
1.2.4. Influência da filosofia cristã: origem da conciliação como instrumento de pacificação	107
1.3. Recepção do processo romano-canônico na península ibérica	110
1.3.1. Direito espanhol	110
1.3.1.1. Primeiro “manual” de direito processual civil.....	112
1.3.2. Direito lusitano	116
1.3.2.1. Assentos e estilos na Lei da Boa Razão...	120
2. Condicionamento histórico do processo civil brasileiro. Fundação dos cursos jurídicos. Filosofia e escopo das primeiras leis sobre processo civil.....	122

3. Período da dualidade processual (1890-1934)	129
4. Unificação do direito processual (1934-1938)	133
5. Fascismo na Itália. Vicissitudes políticas do CPC de Mussolini. A ponderada e providencial voz de Calamandrei	133
6. Processo e ideologia. Ainda sobre a amplitude dos poderes do juiz	139
7. A outra face da codificação brasileira. O ambiente autoritário e o CPC de 1939	146
8. Em defesa de um processo civil liberal	149
9. Filosofia e ideologia do CPC de 1973	150
10. CPC de 2015: o primeiro diploma processual brasileiro sancionado sob regime democrático	154
11. Tendências autoritárias da jurisprudência	157
12. Técnicas arbitrárias em busca da celeridade processual	162
13. Processo civil autoritário e complacência da doutrina	164
14. Crítica ao julgamento “piloto” do Tribunal Constitucional europeu	167
15. Essência do processo civil liberal	169
16. Resenha histórica da constitucionalização do processo civil como antídoto ao processo autoritário. A notável contribuição de Ruy Barbosa	171

CAPÍTULO III

1. Atuais e futuras projeções do processo civil. Fenômeno da mutação fisionômica do processo: do papel aos arquivos nas nuvens. Processo e plataformas digitais. Processo e IA	181
2. Perigo concreto da inteligência artificial na praxe do direito ..	186

3. Tempo e processo. Influência psicológica do tempo. Dimensão da “duração razoável” nos países europeus	190
4. Arraigada concepção da lentidão da justiça brasileira. Uma luz no fim do túnel.....	194
5. Incertezas de quem se sente lesado. Anseio de segurança jurídica e previsibilidade. Fenômeno da coisa julgada. Estabilidade da jurisprudência	197

CAPÍTULO IV

1. Ato de contratar o patrocínio	201
1.1. Papel do advogado ao longo da história.....	201
1.2. Relevância da advocacia e atuais desafios	204
1.3. Primeiras providências: diagnóstico do caso.....	205
1.4. Formas de contratar e prévia estipulação dos honorários	213
1.5. Ineficácia da transação entre as partes em relação a honorários de sucumbência	224
1.6. Honorários advocatícios incidem sobre condenação em obrigação de fazer	226
1.7. Duas palavras sobre a fixação de honorários de sucumbência no processo arbitral.....	229
1.8. Repasse de honorários a outro advogado. Prazo prescricional decenal para cobrança de rateio de honorários....	233
1.9. Aspectos de deontologia forense	237
1.9.1. Comportamento dos atores processuais.....	237
1.9.2. Evitar a qualquer custo confrontar o juiz da causa. Intransigência na defesa das prerrogativas	241
1.9.3. Binômio ética e lealdade	245

1.9.3.1. Desempenho dos protagonistas nos processos estatal e arbitral.....	245
1.9.3.2. Extensão do dever de revelação	249
1.9.3.3. Estéril exortação do Código de Ética....	254
1.9.4. Constante aprimoramento técnico do advogado. <i>“É preciso estar atento e forte!”</i>	255
1.9.5. Imprescindível contribuição da academia.....	256
1.9.6. Dever do advogado	258

CAPÍTULO V

1. Ato de ajuizar a demanda	261
1.1. Vertente psicológica do exercício do direito de ação	261
1.2. Conteúdo da petição inicial.....	263
1.3. Causa de pedir e tutela de urgência	270
1.4. Encerramento da petição inicial.....	270
1.5. Opção pela realização de conciliação ou de mediação ...	272
1.6. Postulação em causa própria.....	273
1.7. Talento e responsabilidade do advogado na elaboração da petição inicial	273
1.8. Citação de doutrina e de jurisprudência	277
1.9. Fundamental papel do advogado na criação da jurisprudência. Diuturno diálogo do advogado com o tribunal ...	278

CAPÍTULO VI

1. Ato de defender-se da demanda.....	281
1.1. Falácia da regra da cooperação	281
1.2. Preparação da apresentação de contestação	284
1.3. Síntese da atuação defensiva.....	287

1.4. Reconvenção.....	289
1.5. Inatuação do réu: revelia	290
1.6. Epítome da fase postulatória – conciliação	296

CAPÍTULO VII

1. Complexidade da causa, direção do processo e imposição de audiência para o saneamento compartilhado	301
1.1. Procedimento para a futura produção de prova testemunhal	304
1.2. Procedimento para a futura produção de prova pericial	305
1.3. Limites da eficácia preclusiva da decisão de saneamento.....	306

CAPÍTULO VIII

1. Arte de provar	313
1.1. Garantia constitucional da plenitude da defesa: o direito à prova	314
1.2. Momento processual oportuno para a produção da prova.....	315
1.3. <i>Onus probandi</i>	316
1.4. Inteligência e responsabilidade do advogado na produção da prova.....	320
1.5. Sistemática da produção antecipada de provas	322
1.6. Limites objetivos do direito substancial à produção da prova.....	325
1.7. Desoneração de produzir prova contra si mesmo.....	331
1.8. Produção antecipada de prova sem urgência na arbitragem.....	332

CAPÍTULO IX

1. Ato de decidir.....	339
1.1. Inércia da jurisdição. Lacunas legislativas. Incompreensão social do denominado ativismo judicial	339
1.2. Transparência e publicidade dos pronunciamentos judiciais	342
1.3. Função de julgar. A arte de bem julgar	347
1.4. Estrutura formal da sentença. O mito do silogismo	349
1.5. Motivação e valoração da prova consoante os critérios sugeridos pelos Protocolos para Julgamento com Perspectiva de Gênero e com Perspectiva Racial.....	355
1.6. Escopos da motivação dos atos decisórios	357
1.7. Decisões consideradas nulas por defeito de motivação ..	359
1.8. Consequências da sentença considerada desmotivada ...	366
1.9. Dispositivo: a vontade da lei.....	368
1.10. Interpretação da sentença a partir do princípio da boa-fé	369
1.11. Compreensão da sentença a partir da exegese de seus capítulos.....	371
1.12. Propósito do precedente judicial e inarredável vaidade do julgador. Absoluta incompreensão da função de julgar. Manifesta confusão entre independência e previsibilidade da regra do jogo	374
1.13. Relevância de uma teoria dos precedentes judiciais. Esboço de uma teoria geral do precedente judicial. Problema da retroatividade do novo precedente.....	377
1.14. Sujeição do árbitro ao precedente judicial	389

CAPÍTULO X

1. Ato de recorrer	393
--------------------------	-----

1.1. Natureza do recurso como instrumento técnico	393
1.2. Inconformismo pela derrota. Influência da sentença no humor do advogado. Eficácia da sentença sujeita a recurso. Desestímulo ao juiz de primeiro grau.....	394
1.3. Adequação do recurso. Fungibilidade recursal. Inexistência do benefício comum do recurso. Impossibilidade de <i>reformatio in pejus</i>	396
1.4. Atuação profissional em grau recursal.	399
1.4.1. Entrega de memorial e sustentação oral	401
1.5. Decisões parciais de mérito e inconstitucionalidade do art. 975 do CPC	406
1.6. Irrecorribilidade da sentença arbitral. Fortalecimento institucional da arbitragem	411

CAPÍTULO XI

1. Ato de satisfação	419
1.1. Duração razoável abrangente da “atividade satisfativa” ...	419
1.2. Técnicas de tutela executiva	420
1.3. Disciplina procedimental do cumprimento de sentença...	422
1.4. Iniciativa do exequente.....	423
1.5. Delimitação do contraditório no cumprimento de sentença	425
1.6. Elenco da matéria deduzível na impugnação.....	427
1.7. Iniciativa do devedor	428

CONCLUSÃO – À guisa de testamento: tributo aos próceres de minha formação acadêmica e profissional	429
--	-----

BIBLIOGRAFIA	433
--------------------	-----